

Combinar o real com o possível

O estilo Leitão de Abreu, que está emergindo através dos contatos com políticos e parlamentares, contém um dado que vem merecendo pouca atenção! O pragmatismo do novo chefe da Casa Civil aponta no sentido da construção da democracia possível idéia contida entre o desejo de aperfeiçoamento do sistema e a efetiva oportunidade de assim proceder. Oportunidade, possibilidade e decisão política, lembrando Karl Deustch, são os pontos cardeais do Ministro Leitão de Abreu.

O princípio teórico, que tem fundamento nos mestres do direito, norteia, agora, o projeto político do presidente da República. Deixaram de haver pontos marcados na linha do horizonte que devam ser alcançados por uma persistente ação oficial. Na realidade, desaparece o arquétipo montado a partir de projeções da situação atual, para surgir uma mescla de vontade política aliada à possibilidade e oportunidade de implementá-la. No direito, sabem os juristas, as normas criam situações que mais tarde são as responsáveis pela modificação daquela norma que lhes deu origem.

A política seria, tomando por empréstimo os exemplos jurídicos, um processo de aperfeiçoamento constante, sem que haja objetivo nítido a ser alcançado. No caso brasileiro, contudo, o aperfeiçoamento passa pela realização das eleições gerais em novembro do próximo ano. Não existem questionamentos dentro do governo acerca da realização do pleito. E ainda mais: se prevalecer a vontade do presidente da República e de seus assessores e reforma eleitoral fica exatamente onde está. A ela não será acrescentada mais nenhuma vírgula.

Consideram pessoas próximas ao presidente da República que o país já está às vésperas das eleições de 1982. As campanhas dos candidatos começam a surgir nos jornais através de declarações, de decisões assumidas e da disputa pela indicação no partido. Neste sentido quanto menos o governo mexer na legislação eleitoral, melhor será. As regras do jogo eleitoral seriam, portanto, as que estão em vigor acrescidas das disposições já anunciadas pelo Ministro da Justiça.

Esta linha de raciocínio conduz a outras conclusões. O próprio Ministro Leitão de Abreu encarregou-se ontem de divulgar através de nota oficial, que jamais fez ligações entre convulsões sociais e realização de eleições. A pessoas de seu convívio chegou a pedir que não cometessem a injustiça de a ele atribuir a frase. Na realidade o pensamento que brota da Casa Civil aponta no sentido de que a democracia se constrói através do diálogo entre os antagônicos, que devem conviver pacificamente no mesmo espaço político.

Assim o recurso, a força ou a violência consistiria em ato à parte do regime. A democracia não comporta a violência no sentido de que a força exclui o diálogo. Mas a frase do chefe da Casa Civil não teve o objetivo de subordinar a realização de eleições a cessação dos problemas de ruas verificados em Salvador. Ao contrário, embora reconhecendo a complexidade dos problemas brasileiros hoje na área econômica e social, o Chefe da Casa Civil tem dito que um dos marcos do projeto político é a realização de eleições no próximo ano.

Na tarefa de conciliar o desejável com o possível, a realização das eleições transforma-se em patamar importante para institucionalizar ainda um pouco mais o sistema político nacional. No entanto, o que emerge do estilo Leitão em seus vários contatos com políticos e ministros de Estado é a objetividade, aliado à percepção pragmática que o leva a perceber que as normas políticas ou jurídicas são permeadas pela realidade. Vale dizer, o possível será feito e o impossível continuará impossível.

JARI

O Dr. Azevedo Antunes conversou ontem com o Ministro Chefe da Casa Civil por quarenta minutos, tempo utilizado para expor os problemas e as possíveis soluções para a difícil situação que vive o projeto Jari, encravado em plena floresta amazônica. Dr. Antunes procurou situar-se como intermediário entre Daniel Ludwig — que não pode mais viajar em virtude de problemas de coluna — e o governo federal que percebe a ameaça de aquele investimento ser tomado pela mata.

Na próxima semana, o empresário deverá enviar um memorando ao Ministro Leitão de Abreu relatando e historiando os problemas vividos naquele empreendimento. O maior problema é o litígio de terras que envolve a astronômica cifra de um milhão de hectares devidamente comprovado pelos funcionários do Conselho de Segurança Nacional. Além dos problemas da titulação de terras — que paralisaram o negócio — o vácuo surgido depois que Daniel Ludwig deixou de realizar investimentos naquela área, ameaça o negócio como um todo.

Dr. Antunes, que alega não ter interesse em assumir o projeto, trabalha no sentido de que o Jari seja tocado, doravante, por empresas ligadas ao ramo. Existem, pelo menos, três grandes empreendimentos naquele projeto: celulose, reflorestamento e caulim. Uma idéia é repartir o projeto entre três grandes empreendimentos que seriam distribuídos por empresas que tenham tradição naqueles três segmentos econômicos. O Dr. Azevedo Antunes alega não ter tradição em qualquer daqueles ramos de negócios.

André Gustavo Stumpf